

nia se impunha como objeto de estudos e de reflexão já em princípios do século 17, antes, portanto, do “largo intervalo de sombra crepuscular (1663-1800)” que se interpõe entre a fase de observações de cunho empírico e a das contribuições científicas, inaugurada com a viagem do Príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied.

Com notória lucidez, Fernando de Azevedo analisa como a curiosidade dos etnógrafos e dos sociólogos se foi aplicando a assuntos diferentes segundo a seqüência das fases da história sócio-cultural brasileira. Seria talvez oportuno completar-se o seu estudo com outro, em que se focalizassem os cientistas com referência ao lugar de suas contribuições em face do estado atual dos problemas que abordaram e em que se examinasse até que ponto se comprovou a validade de suas hipóteses e em que sentido continuam aproveitáveis os resultados de suas investigações — em suma, o que de concreto representa a sua obra. Haveria então margem para uma apreciação crítica das idéias de um Oliveira Viana sobre a formação racial do Brasil, das investigações de um Roquette-Pinto sobre tipos raciais na população atual do País, dos esforços de um Arthur Ramos ou de um Gilberto Freyre por determinarem um “ethos” cultural brasileiro ou, ainda, de um Emílio Willems por definir uma “cultura teuto-brasileira” nos estados meridionais. Haveria ensejo, ademais, de se discutir a situação atual de alguns temas nucleares, como o problema dos sambaquis, o povoamento pré-histórico do território nacional, a situação do negro na sociedade brasileira, os caracteres gerais da aculturação indígena — de se mostrar, enfim, quais os frutos, no plano do conhecimento sociológico e antropológico, a que nos conduziram os quatro séculos de observação e de estudos. Isto, é claro, exigiria um livro. Mas, como quer que seja, Fernando de Azevedo não deixa ao abandono o leitor. Através de abundantes e criteriosas citações bibliográficas, oferece-lhe o fio de Ariadne que o habilita a orientar-se no labirinto de autores e livros e a encontrar nas fontes as informações que não puderam ser condensadas nas páginas de um capítulo.

*Egon Schaden*

ESTÊVÃO PINTO: *Etnologia Brasileira (Fulniô — Os últimos Tapuias)*. 305 págs., edição ilustrada. Biblioteca Pedagógica Brasileira, Série 5a., Brasiliana, vol. 285. Companhia Editôra Nacional. São Paulo, 1956.

Dentre os poucos índios “Tapúia” remanescentes no sertão nordestino, a tribo Funiô de Águas Belas (Pernambuco) se destaca pela curiosidade que vem despertando entre os estudiosos da Etnologia brasileira. Entretanto, os autores que dela trataram (Mário Melo, Carlos Estêvão de Oliveira, Th. Pompeu Sobrinho, M. H. Boudin e outros) escreveram somente artigos mais ou menos extensos sobre certos aspectos da vida tribal, sem se abalancharem a pesquisas mais demoradas que os habilitassem à apresentação de um trabalho monográfico bastante completo, conduzido segundo os princípios da ciência etnológica.

A obra de Estêvão Pinto, que pretende enfim corresponder a essa exigência, se eleva sobre base ampla: de um lado, extensa bibliografia, cuja simples relação se alonga por dezenas de páginas; do outro, “um verdadeiro estudo-de-campo” (pág. 4). Falta, é verdade, o recurso a alguma teoria antropológica moderna para uma compreensão mais profunda da cultura fulniô e da mudança a que está sujeita.

O autor passa em revista tôdas as esferas da vida tribal, discute fenômenos lingüísticos e não se esquece de abordar o problema da caracterização somática. Abstração feita de numerosas páginas de comentários marginais, o conjunto proporciona de fato um quadro etnográfico — evidentemente incompleto, mas em todo caso bastante rico — de tôdas as facetas da cultura material e não-material dos índios Fulniô.

Em algumas partes são tão variadas as fontes utilizadas e tão copiosas as referências a problemas colaterais que se tem a impressão de estar lendo um tratado geral de Etnologia brasileira. Nisto não haveria talvez defeito nenhum, se a exposição do assunto correspondesse sistematicamente ao intuito básico de melhor situar os fatos relativos aos Fulniô. Tal, porém, não se dá. Nas páginas dedicadas ao “tipo antropológico” há menção de dezenas de autores que nestes últimos quatro séculos escreveram sobre os caracteres físicos do aborígene brasileiro, mas falta uma caracterização satisfatória do tipo fulniô. E logo após a informação de que “os chamados Tapuia do Nordeste brasileiro eram dólicos, hipsocéfalos e leptorrinos” (pág. 83), lê-se que Waldemar Valente encontrou 62,50% de braquicrânios numa série de 16 crânios fulniô e que, segundo o referido pesquisador, a despeito da mistura com elementos caucasóides, “continua o processo de braquicefalização” desses índios. Em vez de discutir o problema por ventura subjacente a tais afirmações, o autor passa adiante, para falar na cor da pele dos aborígenes brasileiros em geral, mas sem definir a dos índios que estuda.

E' semelhante a atitude assumida em vários capítulos propriamente etnológicos. A certa altura (págs. 168-169) reproduz-se um mito “Como os Fulniô conseguiram o fogo”, seguido de algumas páginas de “comentários” em que assoma a mitologia das mais variadas populações primitivas do globo e em que mal se faz referência às tradições míticas fulniô, salvo para transcrever um conhecido texto sobre a origem da luz do dia e concluir (sobre base a nosso ver muito fraca) que o sol aí se identifica com o fogo. E' pena, enfim, que a admirável erudição de que dispõe o cientista alagoano não tenha sido aproveitada com maior eficiência para a realização do estudo comparativo que se propôs.

Mas o tema principal da obra é outro: o da caracterização dos Fulniô em confronto com as mais diversas tribos nordestinas. E não se pode negar que Estêvão Pinto desenvolve ingente esforço para resolver o velho problema. Desde que, há mais de vinte anos, Carlos Estêvão de Oliveira e Th. Pompeu Sobrinho mostraram a dificuldade de se manter a antiga classificação do idioma dos Fulniô como ligado ao dos Karirí e desde que o levantamento feito por Boudin confirmou tratar-se de idioma isolado, impunha-se um estudo comparativo a um tempo lingüístico e etnológico. Apoiado na análise que realiza, e cuja discussão crítica aqui nos levaria muito longe, Estêvão Pinto se inclina “a ver nos Fulniô um ramo do *phylum* Macro-Gê, se bem que aprofundadamente influenciado pelos seus vizinhos ameríndios” (págs. 253-254). Como quer que seja, não há dúvida de que os elementos que apresenta revelam significativas semelhanças com as tribos do grupo jê.

Outro assunto abordado com certa insistência é o da aculturação dos Fulniô. E não faltam informes interessantes a êsse respeito. O que falta é uma interpretação satisfatória. Para explicar “a preguiça ou malandrice dos Fulniô” atuais, o autor cita, nas “sugestões” com que encerra o texto do volume, passagens mais ou menos extensas de autores como A. Bandeira, o Padre Saake, Baldus e outros que escreveram sobre fenômenos de desintegração cultural e desorganização social registrados entre

índios de diferentes tribos e em situações as mais diversas. Purta-se, entretanto, à tarefa, sem dúvida tentadora, de confrontar essas observações com os dados por êle colhidos, a fim de mostrar o que há de específico no caso dos Fulniô.

Seria injusto não reconhecer que, apesar de tôdas as falhas, o volume representa valiosa contribuição para a nossa Etnologia. E' realmente admirável a abundância de dados interessantes reunidos nas trezentas páginas que o compõem. E desejamos que a nossa crítica seja recebida como esforço de colaboração e, acima de tudo, como sincera homenagem a um incansável estudioso das culturas aborígenes do Brasil.

*Egon Schaden*

CLOVIS CALDEIRA: *Mutirão*, Formas de ajuda mútua no meio rural. 222 págs., edição ilustrada. Biblioteca Pedagógica Brasileira, Série 5a., Brasíliana, vol. 289. Companhia Editôra Nacional. São Paulo, 1956.

Os informes até hoje reunidos sôbre o mutirão brasileiro talvez já permitam um trabalho de síntese sócio-antropológica e uma análise comparativa de suas formas nas diferentes áreas rurais, objetivo para o qual Clovis Caldeira pretende contribuir com o presente volume. A par do que respigou nas fontes bibliográficas, apresenta o material colhido através de um inquérito de âmbito nacional realizado com auxílio da rede de Agências-Modêlo de Estatística, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. E, embora não aprofunde a interpretação antropológica, nem a sociológica, consegue pôr em destaque alguns elementos essenciais da instituição. No prefácio reconhece, aliás, modestamente haver no livro muitos claros a preencher e manifesta a esperança de que outros levem avante o estudo de tão interessante assunto.

O volume se divide em duas partes. Na primeira, o autor esboça o problema das origens, refere-se ao nome "mutirão" e a suas variantes, assinala algumas características da ajuda mútua no Brasil e discute, por fim, a herança cultural portuguesa, ameríndia e africana a que lhe parece possível remontar a instituição. Na segunda, delinea preliminarmente algumas tendências de mudança nas formas de cooperação em uso no meio rural brasileiro e, a seguir, reúne os dados colhidos sôbre o assunto através do mencionado inquérito e de pesquisa bibliográfica, distinguindo entre trabalho cooperativo na lavoura, de um lado, e nas atividades pastoris, do outro. Às práticas de auxílio mútuo em zonas de colonização estrangeira dedica pequeno capítulo suplementar.

Longas e abundantes citações, estendendo-se cá e acolá por duas ou três páginas, sem que delas se extraia qualquer conclusão relativa a determinado aspecto do assunto tratado, conferem a boa parte do texto o caráter de compilação provisória, em que, ademais, se ajuntam elementos nem sempre homogêneos. Assim, ao discutir a "tradição indígena", o autor fala das mais diferentes formas de cooperação econômica entre aborígenes brasileiros, sem se preocupar com a extraordinária diversidade cultural entre uma tribo e outra e sem dizer, por exemplo, a razão que o leva a descrever as caçadas coletivas dos Boróro ao lado dos "apatxirú" dos Tapirapé e do mutirão dos Tupinambá. Caberia perguntar por que não procurou fazer, de preferência, o estudo comparativo das modalidades do mutirão tupí, tomando em consideração, inclusive, as mudanças a êste respeito observadas entre os Guaraní da atualidade. Por aí seria menos difícil descolrir as raízes indígenas do mutirão caboclo, que em todo